

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA

Professor Emérito na Universidade Federal do Rio de Janeiro
e na Universidade Federal de Minas Gerais.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume I

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL
TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL

32ª edição

Revista e atualizada por

Maria Celina Bodin de Moraes



ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras e Estudos do Autor</i>	XIII
<i>Nota da Atualizadora</i>	XVII
<i>Prefácio</i>	XXIII
Parte Primeira – INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL	1
Capítulo I – O Direito e sua Divisão	1
1. Noção de Direito. Direito positivo. Direito natural. Direito e moral	3
2. Direito objetivo e direito subjetivo	10
3. Direito público e direito privado. Princípios de ordem pública	11
4. Direito civil. Direito civil constitucional	16
4-A. Unificação do direito privado	20
Capítulo II – Direito Subjetivo	23
5. Conceito de direito subjetivo. Outras situações jurídicas subjetivas	25
6. Análise do direito subjetivo. A relação jurídica	32
7. Categorias de direito subjetivo	38
Capítulo III – Direito Objetivo	43
8. Direito objetivo. Caracteres	45
9. Fontes de direito: atuais e históricas. Moderna doutrina das fontes de direito	47
10. Lei	53
11. Costume	57
12. Analogia	60
13. Princípios gerais de direito. Doutrina. Equidade. Direito comparado	62
14. Codificação	66
15. História da codificação brasileira	68
16. A necessidade de revisão do Código de 1916	72
16-A. O movimento de descodificação do Direito Civil	75
16-B. O Código Civil de 2002	76
Capítulo IV – Classificação das Leis	79
17. Classificação das leis segundo a hierarquia	81
18. Classificação das leis segundo a extensão territorial	86
19. Classificação das leis segundo a força obrigatória	88
20. Classificação das leis segundo a natureza	90
21. Classificação das leis segundo a intensidade da sanção	92

Capítulo V – Eficácia da Lei.	95
22. Início da vigência das leis	97
23. Princípio da obrigatoriedade das leis	100
24. Princípio da continuidade das leis	103
25. Cessação da eficácia das leis: revogação, derrogação, ab-rogação	104
26. Revogação: expressa e tácita	107
27. Lei repristinatória	110
27-A. Eficácia imediata da Constituição	111
Capítulo VI – Conflito de Leis no Tempo.	115
28. Direito intertemporal	117
29. Princípio da irretroatividade das leis	120
30. Teorias subjetivistas	125
31. Teorias objetivistas	129
32. Repercussão no direito brasileiro	134
Capítulo VII – Eficácia da Lei no Espaço.	141
33. Exterritorialidade da lei	143
34. Direito internacional privado	145
35. Teoria dos estatutos	146
36. Princípio do domicílio e da nacionalidade	149
37. Doutrina legal brasileira	151
Capítulo VIII – Interpretação da Lei.	159
38. Conceito de interpretação e suas espécies	161
39. Hermenêutica tradicional	168
40. Interpretação científica	170
41. Controle da constitucionalidade. Existência da lei.	173
Parte Segunda – TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL	179
Capítulo IX – Personalidade e Direitos da Personalidade	179
42. Personalidade e pessoa natural	181
43. Começo da personalidade.	183
44. Fim da personalidade	188
44-A. Ausência	192
45. Comoriência	197
46. Registro civil das pessoas naturais	198
46-A. Direitos da personalidade.	200
47. Nome civil	205
47-A. Direito à vida e à integridade física	211
47-B. Integridade moral	215

Capítulo X – Incapacidade	221
48. Capacidade e estado das pessoas	223
49. Incapacidade	228
50. Os absolutamente incapazes	231
51. Os relativamente incapazes	240
51-A. Tomada de decisão apoiada (remissão)	245
52. Maioridade e emancipação	246
Capítulo XI – Pessoa Jurídica	251
53. Noção de pessoa jurídica e seus requisitos	253
54. Natureza da pessoa jurídica	257
55. Capacidade e representação da pessoa jurídica	264
56. Classificação das pessoas jurídicas	268
57. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas	274
58. Nacionalidade das pessoas jurídicas	280
58-A. Desconsideração da personalidade jurídica	284
58-B. Direitos da personalidade e a pessoa jurídica	290
Capítulo XII – Sociedades, Associações e Fundações	291
59. Começo de existência das pessoas jurídicas. Registro	293
60. Sociedades (remissão). Associações	298
61. Fim da existência das associações. Destino de seus bens	301
62. Fundações	306
Capítulo XIII – Domicílio	313
63. Domicílio e residência	315
64. Unidade, pluralidade e falta de domicílio. Mudança	320
65. Domicílio voluntário e domicílio necessário. Domicílio legal. Domicílio geral e especial	323
66. Domicílio das pessoas jurídicas	328
Capítulo XIV – Objeto dos Direitos	331
67. Patrimônio	333
68. Objeto dos direitos: coisas e bens	341
69. Bens corpóreos e incorpóreos	345
Capítulo XV – Classificação dos Bens	349
70. Móveis e imóveis	351
71. Bens fungíveis e infungíveis	360
72. Bens consumíveis e não consumíveis	362
73. Bens divisíveis e indivisíveis	363
74. Bens singulares e coletivos	365
75. Bens principais e acessórios	367

76. Bens públicos e privados. Regime das minas.	373
77. Bens disponíveis e indisponíveis. Bem de família. Tombamento artístico e histórico	380
Capítulo XVI – Aquisição, Modificação e Extinção dos Direitos Subjetivos	385
78. Fato jurídico	387
79. Nascimento e aquisição dos direitos	390
80. Modificação dos direitos	393
81. Extinção e perda dos direitos. Renúncia	396
Capítulo XVII – Negócio Jurídico	401
82. Negócio jurídico e ato jurídico. Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	403
83. Manifestação e declaração de vontade	407
84. Requisitos de validade do negócio jurídico	411
84-A. Forma do negócio jurídico	414
85. Classificação dos negócios jurídicos	421
86. Interpretação do negócio jurídico.	423
87. Causa do negócio jurídico	428
Capítulo XVIII – Defeitos do Negócio Jurídico	433
88. Manifestação de vontade defeituosa.	435
89. Erro de fato e erro de direito	438
90. Dolo	445
91. Coação	448
92. Simulação (remissão)	453
93. Fraude contra credores	454
94. Lesão e estado de perigo	460
Capítulo XIX – Modalidades do Negócio Jurídico.	465
95. Elementos acidentais do negócio jurídico	467
96. Condição: noção, classificação e efeitos	468
97. Condição suspensiva e condição resolutiva	476
98. Condição impossível e condição proibida	482
99. Termo e prazo	485
100. Encargo.	490
101. Pressuposição	492
Capítulo XX – Prova.	495
102. Forma do negócio jurídico (remissão)	497
103. Da prova	497
104. Prova documental, testemunhal e pericial	501
105. Confissão. Presunção. Autoridade da coisa julgada. Provas técnicas	509

Capítulo XXI – Representação	515
106. Poder de representação: legal e convencional	517
107. Efeitos da representação	524
Capítulo XXII – Invalidade do Negócio Jurídico	529
108. Negócio jurídico ineficaz, em geral. Ineficácia <i>stricto sensu</i>	531
109. Nulidade	534
109-A. Simulação	537
110. Anulabilidade	540
111. Efeitos da nulidade e da anulabilidade	542
112. Atos inexistentes	546
Capítulo XXIII – Ato Ilícito	549
113. Conceito de ilícito	551
114. Dolo. Culpa	553
115. Responsabilidade civil	557
116. Responsabilidade civil do Estado	562
117. Escusativas de responsabilidade e concorrência de culpa	564
118. Abuso do direito	566
Capítulo XXIV – Prescrição e Decadência	571
119. O tempo e a relação jurídica	573
120. Prescrição aquisitiva	574
121. Prescrição extintiva	575
122. Decadência	581
123. Prazos prescricionais	584
124. Suspensão da prescrição	586
125. Interrupção da prescrição	588
Índice Alfabético-remissivo	593